

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO Nº DE 2014 (Do Senhor Cesar Colnago)

Requer seja convidado a comparecer a esta Comissão de Seguridade Social e Família Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, para esclarecer sobre o déficit previdenciário no País.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o plenário, adotem-se as providências necessárias para que seja convidado o Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre o déficit previdenciário no País.

Notícia veiculada pelo jornal Folha de S. Paulo neste 18 de março, intitulada "Dilma se irrita e Previdência volta atrás sobre déficit" (anexo 1), dá conta da indisposição da presidente da República com o Ministro da Previdência Social, devido a entrevista concedida por esse ao jornal Valor publicada no dia 17 de março último (anexo 2), classificando de "subestimado" o cálculo do governo Federal sobre o déficit previdenciário, ao afirmar que o déficit na Previdência deve ficar em R\$ 50 bilhões este ano, e não nos R\$ 40,1 bilhões divulgados pela equipe econômica. Segundo o Ministro, o número projetado não foi discutido com o Ministério da Previdência Social, e que "não é a expectativa" do órgão, lembrando que em 2013 o déficit real no final do ano ficou acima do previsto pela Fazenda.

A matéria dá conta de que as declarações de S. Exa. provocaram danos à imagem do Brasil e poderiam afetar a avaliação da *agência Standard & Poor's (S&P) "sobre as contas públicas"* quanto a manutenção ou rebaixamento da classificação do grau de risco em investimentos na dívida brasileira. A equipe da S&P esteve com técnicos do governo que apresentaram como oficial a previsão de déficit divulgada pela Fazenda.

Em contrapartida, a presidente da República acionou o Ministro Aloizio Mercadante para "esclarecer" a declaração do chefe da Pasta da Previdência, que negociou a divulgação de nota abaixo, postada no blog do Ministério no final do dia:

COMUNICAÇÃO: Nota sobre a Entrevista do Ministro Garibaldi Alves Filho ao Valor Econômico

"Com relação à matéria publicada na edição desta segunda-feira (17), no jornal Valor Econômico, a respeito das estimativas do déficit da Previdência para 2014, o Ministério da Previdência Social presta os seguintes esclarecimentos:

1) O esforço pela redução da necessidade de financiamento do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é um trabalho conjunto de todo o governo federal. Ao mesmo tempo em que procura reduzir despesas inadequadas por meio da adoção de medidas como a reabilitação profissional, por outro lado o governo está trabalhando para aumentar a formalização. Algumas das iniciativas neste sentido são o programa Empreendedor Individual, a desoneração da folha, a redução da sonegação e a recuperação de créditos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

- 2) O novo modelo de reabilitação profissional está em fase de implementação. Quando em funcionamento, ele permitirá que os trabalhadores se reabilitem mais rápido. Com isso, o RGPS gastará menos recursos com o pagamento de benefícios como o auxílio-doença e algumas aposentadorias por invalidez. As alterações também permitirão que os trabalhadores adquiram maior qualidade de vida, e possibilitarão ao país recuperar um grande contingente de força produtiva, com impactos positivos sobre o PIB.
- 3) O Programa Empreendedor Individual já é um grande sucesso e será ampliado ainda mais em 2014. A expectativa é que haja um significativo aumento na arrecadação, em virtude da implantação de um novo modelo de comunicação do Estado com os empreendedores individuais e da redução da burocracia para este segmento.
- 4) A desoneração da folha de diversos setores trouxe um grande estímulo à formalização, sem prejuízos para o RGPS, na medida em que este é compensado pela diferença entre os valores que seriam arrecadados pela folha e os efetivamente arrecadados pelo faturamento.
- 5) A implantação do sistema único de informações das empresas para o governo federal, conhecido com E-Social, será um importante instrumento de simplificação e de redução de sonegação. Por sua vez, ações desenvolvidas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio da cobrança administrativa de débitos, também trazem expectativas de aumento da arrecadação do RGPS.
- 6) Por tudo o que foi exposto, acreditamos que as medidas serão capazes de trazer resultados bastante significativos já em 2014, possibilitando que a necessidade de financiamento do RGPS, em valores nominais, fique num patamar de cerca de R\$ 40 bilhões, conforme prevê o governo.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Frente a este debate travado na mídia nacional, entendemos ser de fundamental importância a presença de S. Exa. o Ministro da Previdência Social a esta Comissão, a qual tem competência regimental para discutir a matéria, de forma a esclarecermos os fatos no cumprimento de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala da Comissão, em 18 de março de 2014.

Deputado Cesar Colnago PSDB ES